

Brasília, 26 de maio de 2026

Seleção

Sumário

InfoNet

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

UFS sediará evento gratuito focado na criação de patentes e tecnologias 3

Migalhas

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Marcas abandonadas, registros ativos: Distorção silenciosa no sistema 4

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Direitos Autorais

STF retira de pauta recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big te... 6

Folha de S. Paulo

Terça-feira, 26 de maio de 2026 | Marco Civil

Big techs criticam decretos de Lula sobre redes sociais e pedem revisão pelo Supre... 7

Exame.com

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Patentes

Biotecnologia reúne cientistas e investidores globais em Florianópolis 9

G1 - Globo

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

UFCG é a 4ª colocada em registros de patentes de invenção no Brasil em 2025, diz... 11

UFS sediará evento gratuito focado na criação de patentes e tecnologias



A Universidade Federal de Sergipe (UFS) realiza, entre os dias 26 e 29 de maio de 2026, a 18ª edição do Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (EIDTI). Com entrada gratuita, o evento acontecerá no Centro de Vivência do campus São Cristóvão. Organizada pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE/UFS), a iniciativa traz este ano o tema "Transferindo conhecimentos e colhendo resultados".

O encontro tem como objetivo central divulgar e avaliar os projetos desenvolvidos por estudantes vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Mais do que um espaço de apresentação acadêmica, o EIDTI busca fortalecer a conexão da universidade com o mercado e a sociedade, incentivando a transformação de pesquisas em soluções reais.

Nesta edição, a proposta é elevar a maturidade comercial dos projetos, estimulando o licenciamento de tecnologias, a criação de patentes e o desenvolvimento de protótipos que tenham potencial de impacto econômico e social. O evento também pretende gerar oportunidades para a criação de startups a partir do conhecimento produzido na universidade.

Para o diretor da AGITTE/UFS, professor Thiago Branquinho, o encontro é um momento estratégico para ampliar a visibilidade da pesquisa aplicada da instituição. "Nossa expectativa é que esta edição fortaleça o EIDTI como um espaço de conexão

entre pesquisa, inovação e sociedade. Queremos

que os projetos apresentados pelos estudantes e pesquisadores ganhem visibilidade e encontrem novos caminhos para se transformarem em soluções reais", destaca o diretor.

Programação e Inscrições

A grade do evento traz uma série de atividades, como feira de tecnologias, apresentação dos trabalhos do PIBITI, painéis temáticos, vitrine de startups, exposição de empresas juniores e a premiação dos bolsistas. A programação conta ainda com palestras, oficinas e minicursos abordando áreas como **propriedade intelectual**, empreendedorismo, estratégias de Go To Market, regulação de suplementos alimentares e gestão da qualidade em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D;).

As inscrições para os estudantes da UFS já podem ser efetuadas pelo Sigaa. Para o público externo, o cadastro está disponível desde o dia 18 de maio por meio da plataforma Sympla.

Serviço

O quê: 18º Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (EIDTI)

Tema: Transferindo conhecimentos e colhendo resultados

Quando: 26 a 29 de maio de 2026

Onde: Centro de Vivência da UFS (campus São Cristóvão)

Realização: Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTE/UFS)

Inscrições (Público Externo): Acesse o Sympla

Mais informações:
<https://www.agitte.se/acceleremosmotores>

Fonte: Ascom/UFS

Marcas abandonadas, registros ativos: Distorção silenciosa no sistema



Marcas abandonadas, registros ativos: Uma distorção silenciosa no sistema do **INPI** Ioná Loureiro Nova regra do **INPI** agiliza registros de marcas, mas amplia casos de ativos sem uso, gerando entraves e insegurança no sistema. segunda-feira, 25 de maio de 2026

Atualizado em 22 de maio de 2026 15:47

Uma mudança recente no sistema de marcas brasileiro trouxe ganhos relevantes de eficiência, mas também revelou um efeito colateral ainda pouco discutido: o crescimento de registros que permanecem ativos mesmo sem qualquer interesse real de uso por parte de seus titulares.

Com a nova sistemática adotada pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, foi eliminada a etapa final de pagamento de taxas após o deferimento. Na prática, o registro é concedido automaticamente. A simplificação reduziu burocracias e acelerou o processo, o que é positivo. No entanto, ao suprimir esse "filtro final", o sistema passou a registrar marcas que, em muitos casos, já haviam perdido relevância estratégica ao longo do tempo.

Esse ponto, inclusive, vem sendo questionado judicialmente. Em ação civil pública proposta por associações do setor, discute-se a legitimidade da nova prática administrativa implementada por portarias que teria suprimido etapa prevista na lei da **propriedade**

idade industrial, o que levanta dúvidas quanto à possibilidade de implementação dessa mudança via portaria administrativa.

Os dados ajudam a dimensionar o fenômeno. Em 2024, cerca de 40 mil pedidos de marca foram arquivados por falta de pagamento de taxas. Entre janeiro e maio de 2025, foram aproximadamente 24 mil. Esses números indicam que o modelo anterior promovia uma depuração natural do sistema. Com a concessão automática, essa filtragem deixou de existir, transferindo ao titular maior responsabilidade pela gestão ativa de seus pedidos.

Na prática, o tempo de tramitação, que pode levar anos, não acompanha a dinâmica dos negócios. Empresas mudam de estratégia, abandonam projetos ou deixam de usar determinados sinais. Internamente, essas marcas são descartadas, mas, sem manifestação formal, o abandono não produz efeitos jurídicos.

Como consequência, pedidos seguem seu curso e, se deferidos, tornam-se registros válidos por pelo menos dez anos. São marcas sem uso ou intenção de uso que continuam produzindo efeitos no sistema.

Os impactos vão além das empresas titulares. O acúmulo de marcas "inativas de fato" pode aumentar obstáculos no exame de novos pedidos, já que registros existentes continuam sendo considerados impedimentos. Também pode gerar uma percepção artificial de saturação e ampliar o universo de dados analisados, sem que haja, até o momento, métricas públicas do **INPI** que comprovem ganho operacional efetivo com a supressão da etapa de pagamento, especialmente considerando que a publicação do deferimento e a possibilidade de recursos administrativos permanecem.

Para o empreendedor, o efeito é concreto: dificuldades inesperadas, conflitos evitáveis e atrasos. Para o sistema, há uma distorção entre a base registral e a realidade do mercado.

A solução pode ser simples. Caso não haja mais interesse em um pedido, é possível formalizar a desis-

tência no sistema do **INPI**. O procedimento é eletrônico, rápido e, ao menos por ora, isento de contrapartida remuneratória. Essa medida encerra corretamente o processo e evita que um ativo sem uso continue gerando efeitos jurídicos.

Mais do que uma providência administrativa, trata-se de uma prática que contribui para a qualidade do ambiente de inovação. Um sistema mais fiel à realidade econômica reduz conflitos, melhora a previsibilidade e aumenta a eficiência.

Em um contexto em que a **propriedade intelectual** é cada vez mais estratégica, decisões aparentemente simples podem ter grande impacto. Formalizar a desistência de uma marca que já não faz sentido é uma delas, um gesto que beneficia não apenas o titular, mas todo o ecossistema.

<https://publicador.uolinc.com/media.jsp?contentUri=/br/com/uol/economia/jupiter/imposto-de-renda/re-dacao/2026/02/06/quando-menor-de-idade-precisa-declarar-o-imposto-de-renda.xml>

<https://publicador.uolinc.com/media.jsp?contentUri=/br/com/uol/economia/jupiter/imposto-de-renda/re-dacao/2026/02/06/quando-um-estagiario-e-obrigado-a-declarar-o-imposto-de-renda.xml>

<https://publicador.uolinc.com/media.jsp?contentUri=/br/com/uol/economia/jupiter/imposto-de-renda/re-dacao/2026/02/06/vendeu-suas-ferias-em-2025-veja-como-declarar-abono-pecuniario-no-ir-2026.xml>

Ioná Loureiro Advogada especialista em Direito Marcário.

Daniel Advogados

STF retira de pauta recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big techs



BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal (STF) retirou de pauta o julgamento de nove recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. O julgamento seria realizado no plenário virtual entre os dias 29 de maio e 9 de junho. Na última sexta-feira, 22, o relator, Dias Toffoli, remeteu o caso para julgamento presencial. Com isso, cabe ao presidente do Supremo, Edson Fachin, definir uma data.

O tema é discutido em duas ações. Além do processo relatado por Toffoli, há outro sob responsabilidade do ministro Luiz Fux. Os dois foram julgados em conjunto, mas Fux, ao contrário de Toffoli, ainda não liberou os recursos para análise do plenário.

Entre as autoras dos recursos estão o Google e o Facebook. As duas empresas pedem que o Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

O julgamento dos recursos foi liberado na semana passada, no mesmo dia em que o governo editou decreto para alterar a regulamentação do Marco Civil da **Internet** (MCI), contemplando a decisão do Supremo. A sentença, porém, ainda não transitiu em julgado - o que causou críticas das big techs aos decretos.

No julgamento concluído em junho de 2025, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do MCI é parcialmente inconstitucional. Esse dispositivo isenta as empresas de responder civilmente por danos causados por postagens, a não ser que descumpram uma ordem judicial de remoção. A decisão estabelece que o artigo 19 só permanece válido nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação).

Em todos os outros crimes, aplica-se o artigo 21, que prevê a retirada do conteúdo logo após a notificação do usuário. Esse artigo, que prevê exceções ao artigo 19, já é válido em casos de violação a **direitos autorais** e imagens de nudez não autorizada.

Big techs criticam decretos de Lula sobre redes sociais e pedem revisão pelo Supremo



Entidades ligadas a plataformas de tecnologia assinam carta aberta contra regulamentação do **Marco Civil** da Internet editada por decreto

Laura Intrieri

SÃO PAULO A Câmara Brasileira de Economia Digital (camara-e.net), que tem entre seus associados Meta, OpenAI, Google, Kwai e TikTok, assinou uma carta aberta contra os decretos editados pelo presidente Lula na quarta (20) para regulamentar o **Marco Civil** da Internet. A associação elaborou o documento, divulgado nesta segunda-feira (25), junto com a Associação Latino-Americana de Internet (ALAT) e o Conselho Digital do Brasil.

Os decretos regulamentam a decisão do STF de 2025 que ampliou a responsabilidade das plataformas por conteúdo de terceiros. Um deles atribui à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) o poder de fiscalizar se as empresas estão cumprindo as novas obrigações - e de aplicar punições, como multa de até 10% do faturamento, suspensão e proibição de atividade. O outro cria regras específicas para coibir a violência digital contra mulheres. As normas entram em vigor em 60 dias.

No documento, as entidades afirmam que os decretos "convertem em obrigações concretas trechos de uma decisão judicial proferida sem unanimidade e

ainda sujeita a recursos". Dizem também que a medida amplia a insegurança jurídica e enfraquece a "previsibilidade regulatória".

O ministro do STF Dias Toffoli, que é relator de uma das ações do julgamento que embasou os decretos, chegou a marcar para o dia 29 de maio, em plenário virtual, o início da análise dos recursos. Dois dias depois, porém, o ministro retirou o caso da pauta virtual e pediu que eles fossem incluídos na pauta do plenário físico, medida que depende do presidente da corte, Edson Fachin.

As entidades pedem que esse exame "abra espaço para o devido aprimoramento da decisão, conferindo maior clareza a seus fundamentos, à sua extensão e aos seus efeitos práticos". A carta lista ainda o que chama de riscos concretos: "retirada excessiva de conteúdo, encarecimento da conformidade, vulnerabilidade dos pequenos provedores e imposição uniforme de obrigações a empresas de portes, estruturas e modelos de negócio profundamente distintos". Essa última preocupação já havia aparecido em comunicado da camara-e.net logo após a decisão do STF em 2025, quando a associação alertou que o impacto poderia ser "particularmente severo" sobre empresas sem estrutura para absorver os novos custos.

O STF definiu à época que as plataformas têm obrigação de atuar proativamente para remover um rol de temas, como crimes antidemocráticos, terrorismo, incitação a racismo e induzimento a suicídio, podendo ser punidas se houver "falha sistêmica".

Continuação: Big techs criticam decretos de Lula sobre redes sociais e pedem revisão pelo Supremo

Sessão com ministros do Supremo Tribunal Federal, no plenário da corte constitucional, em Brasília Antonio Augusto 20.mai 26 /Divulgação STF

O argumento do governo para editar os decretos é o de que a decisão do Supremo, apesar de já estar valendo desde 2025, estava sem efetividade e operacionalização - tanto pela falta de detalhamento de

pontos genéricos quanto pela ausência de um órgão para fiscalizar os novos deveres.

Para elaborar o texto, foram ouvidos representantes de redes sociais, marketplaces, sociedade civil e o Comitê Gestor da Internet no Brasil.

O governo afirma que a ANPD também poderá editar regulamentos mais detalhados sobre como se daria a fiscalização, a exemplo do que vem ocorrendo no âmbito do ECA Digital.

Entre esses pontos, estão a forma como devem ser feitas as solicitações de derrubada de conteúdos criminosos para as plataformas e os prazos que elas terão para análise e resposta.

[Os decretos] convertem em obrigações concretas trechos de uma decisão judicial proferida sem unanimidade e ainda sujeita a recursos

Câmara Brasileira de Economia Digital

em carta aberta sobre regulação de redes sociais

Biotecnologia reúne cientistas e investidores globais em Florianópolis



Promovido pela Vesper Bio, o Annual Meeting 2026 discute como transformar pesquisa brasileira em negócios globais de biotecnologia, com foco em saúde e agro

A Vesper Bio começou nesta segunda-feira, 25, em Florianópolis, um encontro fechado para convidados que resume uma das principais ambições da biotecnologia brasileira: transformar pesquisa científica de ponta em empresas capazes de competir globalmente.

Durante dois dias, o Vesper Annual Meeting 2026 reunirá empresários de Boston, cientistas brasileiros e europeus, investidores, executivos, representantes do setor público e filantropos para discutir os caminhos da ciência aplicada no Brasil.

A agenda ocorre no momento em que a venture builder brasileira especializada em biotecnologia avança em uma nova rodada de captação: dos R\$ 75 milhões previstos até o fim de 2026, a empresa já captou R\$ 25 milhões.

Fundada em 2018, em Florianópolis, a Vesper já mobilizou mais de R\$ 200 milhões entre capital privado e subvenção econômica. O grupo reúne hoje oito empresas em duas frentes principais: saúde humana e agricultura sustentável. A tese é atuar como ponte entre universidades, pesquisadores, capital e mercado, criando empresas a partir de descobertas científicas com potencial de escala.

O aporte mais recente teve a participação de investidores como membros da família Lafer, Rise Ven-

tures e ACNext. O objetivo da holding é completar validações definitivas em campo nas empresas de agrobiotecnologia, iniciar testes clínicos nas companhias de saúde humana e adicionar uma a duas novas empresas por ano ao portfólio.

"O Brasil é referência em diversas áreas, com inúmeras pesquisas de ponta, mas que muitas vezes ficam presas nas universidades. Viemos quebrar esse paradigma e, para isso, criamos uma metodologia inovadora no país. Somos a ponte entre a ciência e o mercado, agregando gestão, capital e estratégia de **propriedade intelectual**", afirma Gabriel Bottos, CEO da Vesper.

O modelo da Vesper se aproxima do formato consolidado por venture builders internacionais de biotecnologia, como a Flagship Pioneering, criadora da Moderna, e a Arch Venture Partners, nos Estados Unidos.

A diferença é que, no Brasil, esse ciclo ainda é incipiente. O país tem universidades, institutos de pesquisa e cientistas reconhecidos, mas enfrenta dificuldades históricas para transformar conhecimento acadêmico em empresas de base tecnológica com acesso a capital, **propriedade intelectual** protegida e gestão de longo prazo.

Na prática, a Vesper funciona como elo entre a pesquisa científica de ponta produzida no Brasil e investidores dispostos a financiar sua chegada ao mercado. A proposta é transformar ciência em negócios, conectando pesquisadores, capital, **laboratórios**, governança e estratégia de **propriedade intelectual** para posicionar o país como referência global em **biotecnologia**.

O mercado potencial ajuda a explicar o apetite dos investidores. No mundo, a biotecnologia movimentou cerca de US\$ 1,55 trilhão em 2023 e pode chegar a US\$ 3,88 trilhões até 2030, segundo estimativa da Grand View Research.

No Brasil, o potencial aparece tanto na saúde quanto no agro. Só o mercado de bioinsumos, diretamente ligado à agenda de agricultura sustentável, pode alcançar R\$ 17 bilhões até 2030, segundo pro-

jeção da CropLife Brasil e da S&P; Global citada pela Embrapa.

Em uma leitura mais ampla, a bioeconomia brasileira pode gerar até US\$ 284 bilhões por ano em faturamento industrial até 2050, conforme estimativa da Associação Brasileira de Bioinovação.

Edição genética e bioinsumos

O primeiro dia do encontro foi dedicado à saúde humana, terapias avançadas e diagnósticos. A programação incluiu discussões sobre tecnologias em RNA, vacinas, diagnósticos moleculares, inteligência artificial aplicada à biotecnologia e terapias com vírus modificados.

Entre os nomes confirmados estão Tatiana Sampaio, da UFRJ; Luiz Caires, CEO da Vyro Biotherapeutics; Rafael Bottos, CEO da Aptah Bio; Daniel Mansur, da Futr Bio; Edroaldo Lummertz da Rocha, da Cellertz; e Rogério Vivaldi, executive chair da Vesper.

O segundo dia será voltado à inovação no agronegócio. A agenda reúne nomes como Maurice Moloney, Paulo Arruda, da InEdita Bio; Adriana Hemerly, da Hapiseeds; Rafael Souza, da Symbiomics; e Gustavo Belchior, da Bayer LatAm.

Os debates incluem edição genética, bioinsumos de nova geração, genética aplicada à agricultura e tecnologias capazes de ampliar produtividade com menor dependência de insumos químicos.

No portfólio de saúde humana, a Vesper reúne empresas como a Aptah Bio, com foco em câncer; a Vyro Biotherapeutics, especializada em terapias com vírus modificados; a Futr Bio, voltada a vacinas baseadas em RNA; a Cellertz, dedicada a terapias celulares; e a Reddot, que desenvolve diagnósticos moleculares de nova geração.

Na frente de agrobiotecnologia, estão empresas como a Symbiomics, que desenvolve bioinsumos para substituir fertilizantes químicos e já recebeu investimento da americana Corteva; a InEdita Bio, com foco em edição genômica de plantas; e a Hapiseeds, voltada a tecnologias para resistência a fungos e aumento da produtividade agrícola.

A maior parte das empresas opera no hub da Vesper em Florianópolis, um polo de biotecnologia com cerca de 3 mil metros quadrados de laboratórios e escritórios. O espaço reúne cientistas, empreendedores e gestores no mesmo ambiente, em uma tentativa de encurtar a distância entre descoberta científica, validação tecnológica e construção de negócios.

O ecossistema de investidores da Vesper já inclui membros das famílias Setubal, ligada ao Itaú, e Lafer, ligada à Klabin, além da ACNext Ventures e da Rise Ventures. No campo institucional, a holding mantém parcerias com Fiocruz, BNDES e **Finep**, além de contar com especialistas de referência internacional em seu conselho e rede científica.

Para a Vesper, o desafio agora é provar que o Brasil pode ir além da produção científica reconhecida internacionalmente e disputar espaço também na criação de empresas globais de biotecnologia. O Annual Meeting, ao reunir capital, ciência e mercado em Florianópolis, funciona como vitrine desse movimento - e como teste para uma tese ainda pouco explorada no país: transformar laboratórios brasileiros em companhias de alcance global.

UFCG é a 4ª colocada em registros de patentes de invenção no Brasil em 2025, diz INPI



UFCG lidera inovação na Paraíba e alcança o 4º lugar nacional em **patentes** de invenção, seguida por UFPB e UEPB no ranking de **propriedade intelectual** do **INPI** de 2025.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é a 4ª colocada no ranking de maiores depositantes de registros das **patentes** de invenção no Brasil em 2025, ficando atrás da Stellantis, Petrobras e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os dados foram levantados e divulgados pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** nesta segunda-feira (25).

g1 PB no WhatsApp

De acordo com levantamento do **INPI**, a Stellantis Automóveis liderou o número de depósitos de **pa-**

tentes de invenção no país, com 225 registros. Em seguida aparecem a Petrobras, com 172 pedidos, e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 94. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) ficou na quarta posição, com 84 depósitos, dois a menos do que em 2024, quando ocupou o terceiro lugar do ranking.

Entre as instituições de ensino superior da Paraíba, também aparecem entre as 50 maiores depositantes a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na 11ª colocação, com 52 pedidos, e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 39º lugar, com 22 registros.

Desde 2017, a UFCG permanece entre os maiores depositantes de pedidos de **patentes** de invenção residentes no Brasil, chegando a ocupar o primeiro lugar nacional no ranking 2020.

No ranking de Depositantes Residentes de Programas de Computador, a Paraíba voltou a se destacar nacionalmente. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) aparece na 7ª colocação, com 61 depósitos registrados, seguida pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), em 10º lugar, com 54 registros. Já a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ocupa a 28ª posição, com 30 depósitos.

Além disso, a UFCG também figura entre os destaques nacionais no Top 20 do ranking de Depositantes Residentes de Modelos de Utilidade.

Vídeos mais assistidos do g1 Paraíba Campina Grande

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	4
Entidades	7,8
Inovação	7,8
Marco Civil	5,6
Marco regulatório INPI	2,3,9
Patentes	7,8,9
Propriedade Industrial	2,3,9
Propriedade Intelectual	1,2,3,7,8,9